

## A POLÍTICA DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – UEFS

*Maria José Oliveira Duboc\**

**RESUMO** — *As reflexões presentes neste artigo foram desenvolvidas com o intuito de serem apresentadas na mesa redonda intitulada: Política de Educação Inclusiva, integrante da programação do III Seminário sobre Educação Inclusiva, promovido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Especial da Universidade Estadual de Feira de Santana/UEFS. Nesse sentido, partiu-se do cenário mais amplo para situar as ações desenvolvidas pela Universidade Estadual de Feira de Santana, particularmente, apresentando o trabalho que está sendo desenvolvido por uma Comissão que foi instituída pela administração superior - Portaria 1360/2010 de 18 de agosto de 2010 - com fins de elaborar um documento base para nortear a política de educação inclusiva desta Universidade. É importante destacar que se trata de uma iniciativa que faz parte de um processo de transformação e de intervenção na realidade da UEFS e na perspectiva de ir ao encontro da adesão de grande parte da sua comunidade.*

**PALAVRAS CHAVE:** *Inclusão. Alunos com deficiência. Universidade Estadual de Feira de Santana.*

### INTRODUÇÃO

No contexto das políticas nacionais, as questões relacionadas às necessidades de aprendizagem de crianças, de jovens e de adultos, com foco específico naqueles que são vulneráveis à marginalização e a exclusão têm obtido grande ênfase nas últimas décadas.

---

\*Prof. Assistente (DEDU/UEFS). Mestre em Educação Especial. E-mail: mariaduboc@ig.com.br

Universidade Estadual de Feira de Santana – Dep. de Educação (DEDU). Tel./Fax (75) 3161-8084 - Av. Transnordestina, S/N, Módulo IV - Novo Horizonte - Feira de Santana/BA – CEP 44036-900. E-mail: educacao.uefs@gmail.com

*Sitientibus*, Feira de Santana, n. 44, p. 13-21, jan./jun. 2011

Naturalmente, essas questões assumiram nova dimensão no bojo do movimento internacional de educação para todos, sobretudo, com a adesão do Brasil à Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e aos preceitos da Declaração de Salamanca e da Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais (1994) que influenciaram a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e outros documentos oficiais.

Como desafio, o governo trouxe mudanças que permitiram a oferta de vagas no sistema regular de ensino, em todos os níveis, com base na valorização das diferenças e atendimento às necessidades educacionais de alunos em situação de vulnerabilidade como: pessoas com deficiência, negros, indígenas, ciganos, entre outros, de forma que todos sejam incluídos.

À luz dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização das instituições educativas passa a ser repensada e é consenso a necessidade de mudanças na sua estrutura e na sua cultura, de forma a atender às diferentes situações que levam à exclusão escolar e social.

Com base no debate da inclusão educacional delimitaremos o nosso foco de atenção às pessoas com deficiência, por se constituir esse grupo social objeto de nosso interesse e de estudos nos últimos anos.

Para tanto, procuramos localizar a inclusão no âmbito da Universidade Estadual de Feira de Santana a qual estou vinculada na condição de professora e também, integrante de uma comissão instituída em 2010, para elaborar um documento base norteador da política de educação inclusiva da instituição.

A intenção é trazer à tona a questão: Como está sendo pensado o processo de inclusão de pessoas com deficiência no âmbito da Universidade Estadual de Feira de Santana? Nesse sentido, buscamos mostrar a experiência da comissão referida anteriormente, que tem se debruçado em encontrar caminhos para garantir o efetivo acesso, participação, permanência ao ensino superior e a conclusão dos estudos dos alunos com deficiência.

## **CAMINHOS PECORRIDOS PELA UEFS NA DIREÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA**

A temática da inclusão tem povoado, prioritariamente, o espaço da educação básica e pouco se fala na Universidade. Sobre o assunto, é preciso considerar, a articulação entre os níveis de ensino. Basta lembrar, em primeiro lugar, que cada vez mais há estudantes com deficiência na educação básica, conforme é possível constatar através dos dados apresentados pelo Censo Escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, Brasil (2010). No ano de 2010, ocorreu um aumento de 10% no número de matriculados em relação a 2009 que havia 639.718 matriculados, e, em 2010, 702.603.

Em segundo lugar, ao levar em consideração esse contingente populacional que está na educação básica nos remete também a refletir sobre a ampliação das garantias legais e reais de acesso dos mesmos nas universidades, de forma justa. Sem dúvidas, remete ao desafio de superar um grande abismo criado historicamente na sociedade e, mais especificamente, no meio acadêmico que possui muito receio e resistência à inclusão destas pessoas neste espaço restrito a um grupo privilegiado do país.

E nesse sentido, parece evidente que num país democrático a universidade precisa romper com o elitismo que a concebeu e engajar-se de forma clara num programa nacional que promova o acesso amplo das populações hoje excluídas (RISTOFF, 1999, p. 205).

Está posto nesse cenário o desafio de mudar mentalidades, superar preconceitos históricos, direcionados para com as pessoas com deficiência e, romper com o paradigma terapêutico que se pauta nas condições orgânicas individuais, na incompletude e em um modelo da normalidade. De acordo com Marques e Marques (2003, p. 227) "[...] observa-se uma forte tendência em se avaliar a deficiência do outro sobre o prisma biológico,

passando seu portador a ser tratado como um doente, ou seja, uma pessoa fragilizada, sempre necessitada de assistência, por isso digna de pena."

Contrariando o controle do discurso terapêutico, encontramos no paradigma social o entendimento da deficiência, "[...] não como uma desigualdade natural, mas como uma opressão exercida sobre o corpo deficiente" (DINIZ, 2007, p.18) e assim, matéria também de ações políticas e intervenção do Estado.

Importa, pois, interpretar a condição das pessoas com deficiência em uma realidade concreta cujo contexto social apresenta relações e contradições referentes à situação sócio-econômica, ao processo de empobrecimento e de acessibilidade. Assim, como o grupo social rege a situação da deficiência poderá implicar no agravamento ou contribuir para as condições de desenvolvimento de mesma.

Como se vê, a questão da educação das pessoas com deficiência demanda novos caminhos e nos leva em primeiro lugar a mapear as ações que a UEFS têm desenvolvido nessa direção. É o caso da implantação do sistema de cotas implantado desde o semestre letivo de 2007.1. Este sistema destina, em cada um dos seus cursos, 50% das vagas para alunos oriundos de escola pública. Destas vagas, 80% são destinadas para negros autodeclarados. Adicionalmente, são destinadas em cada curso duas vagas exclusivas para indígenas e/ou quilombolas. E há uma política aprovada que contempla além do acesso, a permanência e a pós-permanência desses grupos após a conclusão do curso na universidade.

No entanto, não há cotas para as pessoas com deficiência, embora haja abertura de espaço específico para atender às necessidades das pessoas com deficiência, candidatos ao ingresso a UEFS no que o diz respeito ao processo seletivo - o vestibular. Assim, a Comissão Permanente de Vestibular da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) tem possibilitado o emprego de "prova ampliada", ou seja, ampliação do tempo para a realização das provas para alunos com deficiência visual. – (cegueira, baixa visão): prova em braile e ledor; prova ampliada e super ampliada e para candidatos com deficiência auditiva intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais); e

leitura labial, na forma do Decreto n. 5.626, de 22.12.2005 e apoio psicológico a alunos e familiares

Através dos dados analisados fica claro que o número de pessoas com deficiência que pleiteia ingressar na UEFS é por enquanto reduzido, ou seja, no ano de 2007 houve 22 811 inscritos e apenas 0,10% com deficiência. Em 2008, 25 716 inscritos e 0,10% com deficiência, em 2009 11.500 inscritos e apenas 0,4 com deficiência em 2010 houve 8 666 e 0,20 % com deficiência.

Embora não tenhamos dados precisos sobre a população com deficiência na nossa universidade, conforme atesta Sena (2009), ela existe e sem dúvidas quer ter direito ao acesso, à permanência e a conclusão de seus estudos no ensino superior.

Com base nessa realidade e ainda considerando que a UEFS deve adequar-se para receber alunos com deficiência e lhes possibilitar uma formação de qualidade, não basta apenas atender aos dispositivos legais, mas fazer uma opção que privilegie a inclusão social como uma de suas ações fundantes.

Nessa direção, é que foi instituída uma Comissão para elaborar um documento com fins de nortear a política de educação inclusiva desta Universidade, conforme Portaria 1360/2010 de 18 de agosto de 2010. A comissão formada por profissionais de várias áreas e setores e com alguma inserção no campo de atendimento às pessoas com deficiência tem se reunido sistematicamente.

A primeira iniciativa da comissão foi discutir uma literatura pertinente à área e levantar informações acerca das ações e iniciativas que a instituição tem desenvolvido na perspectiva de atender as demandas de atenção à população com deficiência no espaço institucional. De forma que foram realizadas as seguintes atividades: mapeamento das condições de acessibilidade da instituição, levantamento do número de pessoas com deficiência na UEFS; identificação de procedimentos e encaminhamentos tomados nos cursos em relação aos alunos com deficiência; levantamento das dificuldades que as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida enfrentam no espaço acadêmico; coleta de sugestões para superar as dificuldades com

consulta aos setores que discutem a questão da deficiência na instituição; estudo de documentos oficiais e elaboração de proposições voltadas para condições de acesso permanência para estudantes.

Dos dados obtidos até então, é possível afirmar que um marco das ações foi a oferta do curso de Mestrado em Educação no ano de 2000, que resultou na formação de quadros para nossa instituição como também de outras IES e instituições especializadas da Bahia. Como desdobramento foi criado o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial/GEPEE, responsável pelo curso de pós graduação em Educação Especial, por estudos e pesquisas na área.

Merece destacar o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Educação Física e Esporte Adaptado (NEFEA) que tem assegurado a participação das pessoas com deficiências através do esporte e das atividades físicas nos programas da UEFS.

Há inúmeras iniciativas já consolidadas a saber: oferta de curso de Libras e Braille para professores e funcionários; oferta da disciplina Libras nos cursos de Pedagogia e Letras e da disciplina Educação Especial e Políticas Educacionais Inclusivas para o curso de Pedagogia e com oferta prevista para o Curso de Enfermagem para 2011.1; realização do I, II e, III Seminários de Educação Inclusiva, apresentando conferências, palestras com temas referentes à temática; aquisição da impressora Braille e de acervo bibliográfico em Braille; adequações arquitetônicas com construção de rampas e banheiros adaptados em algumas unidades; oferta da disciplina Libras nos cursos de Lic. em Letras e Pedagogia; produção de trabalhos científicos; realização de pesquisas; vale destacar que foi encaminhada uma enquete a professores, diretores de colegiado, funcionários, alunos no sentido de obter o número de pessoas com deficiência na instituição nos diferentes cursos bem como os procedimentos e condições existentes voltadas para atender as necessidades especiais dos mesmos. No entanto, já se passaram mais de três meses e não houve retorno dessa solicitação.

No momento estamos sistematizando as informações obtidas através de observações e análise de documentos e tra-

çando uma proposta que deverá subsidiar a política institucional na perspectiva de responder as necessidades das pessoas com deficiência que circulam no campus, sobretudo, a escolarização dos estudantes a partir das seguintes dimensões:

**Acessibilidade** – Condição para utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte, dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (DECRETO Nº 5 296 de 2/12/2010).

**Pedagógica** – Condições para construção do conhecimento. Na atual realidade educacional a permanência no ensino superior é um desafio, e demanda por parte da IES vontade, sensibilidade e a preocupação em adaptar o acesso ao currículo para os alunos com deficiência, bem como preparar os professores e funcionários para o atendimento desse aluno em sala de aula e demais setores e serviços da instituição.

**Atitudinal** – Relativas às interações sociais e à luta contra os estigmas, os preconceitos e os estereótipos. "Este é o espaço atitudinal de enorme influência na percepção social do outro, e para a organização do projeto curricular (EDLER 2008, p. 98.)."

## **TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A UEFS ao defender a qualidade da oferta e do acesso aos seus cursos com respeito à diversidade de todos que nela frequenta, procura garantir, paulatinamente, ao aluno com deficiência a potencialização de sua formação acadêmica e do direito de ir e vir nos seus diferentes ambientes, particularmente, através da adequação de seus espaços e do acesso à informação técnico-científica, atendendo tal diversidade em consonância com a missão institucional e em uma política, centrada na inclusão social, no desenvolvimento humano e no compromisso com a justiça, a democracia e a cidadania.

Estamos na fase de sistematização de dados e delineando uma proposta, mas é possível antecipar que a comissão defende a criação de um Núcleo de Apoio Técnico-Pedagógico ao

Professor e ao Estudante com Deficiência, cuja função estrutura-se em torno do processo de aprendizagem do percurso acadêmico, no acompanhamento técnico e personalizado, através da implementação de medidas que promovam as condições para a igualdade de oportunidade, de sucesso ao longo do curso, de produção/disponibilização de materiais didáticos em formato alternativo para as várias deficiências e de atenção à acessibilidade dos espaços físicos.

Todas estas ações remetem a necessidade de haver a articulação dos setores que já desenvolvem ações na área, o que se constitui outra “bandeira” da comissão. Enfim o que defendemos é a construção de uma política institucional que crie um ambiente educativo comprometido com os estudantes com deficiência.

## NOTA

<sup>1</sup> Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.

## INCLUSION POLICY FOR STUDENTS WITH ESPECIAL NEEDS FROM THE STATE UNIVERSITY OF FEIRA DE SANTANA/UEFS

*ABSTRACT — The reflections in this article were developed in order to be presented at the roundtable entitled: Inclusive Education Policy, a subject which integrated the the Third Schedule Seminar on Inclusive Education, sponsored by the Group of Studies and Research in Special Education from the State University of Feira de Santana / UEFS. For those reflections, we started from general studies to situate the actions taken by the State University of Feira de Santana in particular, presenting the work that has being developed by a Commision which was established by the university admnistration under the low number 1360/2010 of 18 August 2010 - with the purpose of preparing a document for guiding the*



*policy of inclusive education at this University. It is important to start out this initiative that takes part of a process of transformation and intervention in the reality of UEFS and of the perspective of receiving a good amount of adhesion on the part of the academic community.*

**KEYWORDS:** *Inclusion. Students with especial needs. Universidade Estadual de Feira de Santana*

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Lei. 5296 de dois de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.acessobrasil.org.br/index.phpwitemid=43>. Acesso: jan. 2011

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**. Brasília, DF: MEC/INEP Disponível em: [http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news09\\_09.htm](http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news09_09.htm). Acesso em: 05 jan. 2011.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva**: as reorganizações do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, (2008).

DINIZ, Debora. **O Que é Deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007

MARQUES, Carlos Alberto; MARQUES, Lucina Pacheco. Do universal ao múltiplo: os caminhos da inclusão. In: LISITA, V.M.S.S.; SOUZA, L.F.. E.C.P. (Orgs.). **Políticas Educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

RISTOFF, Dilvo I. A tríplice crise da universidade brasileira in: Trindade, Hélio (Org.). **Universidade em Ruínas na República dos professores**. Petrópolis. Editora Vozes. 1999.

SENA, Nelice Martins dos Santos. A inclusão educacional de alunos com deficiência na UEFS 2010. Monografia do final de Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Feira de Santana.

*Recebido em: 01/10/2011*

*Aprovado em: 06/10/2011*